

UM PAÍS MAIS JUSTO

O exercício diário da política é lutar contra a injustiça. De certo modo, essa é a resposta mais definitiva que encontro quando sou indagado sobre as origens da minha escolha política, o que abrange minha trajetória no sindicalismo brasileiro e, posteriormente, na construção do Partido dos Trabalhadores.

Minha entrada efetiva na política ocorreu quando abracei, nos idos de 1977, as causas da Oposição Sindical Bancária, em São Paulo. Foi um período difícil. Ficamos em torno de dois anos na “semiclandestinidade”, e naquela época as reuniões eram realizadas nas igrejas e nas faculdades, pois, além da repressão do regime militar existiam espões do DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) dentro dos sindicatos. No final de 1978 vencemos a eleição e em 1979 assumimos a diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Era o momento do despertar do movimento de massas que colocou abaixo a ditadura, e nossa ação corria paralela a muitas outras em todo o país, especialmente aquela no ABC, liderada por Lula, que acompanhávamos com profundo interesse.

Por acreditar em um partido de massas, independente, organizado e liderado por trabalhadores, e também pelo fato de eu ter uma concepção distinta sobre o movimento sindical, em 1979, depois de alguns anos de militância, optei pelo afastamento do grupo trotskista Organização Comunista Internacionalista (OCI), mais conhecida pela sua corrente estudantil, a Liberdade e Luta (Libelu). No marxismo encontrei instrumentos importantes de análise da sociedade, da luta política e de inspiração humanista. O PT, no entanto, abriu-me perspectivas, colocou-me em contato com outras correntes de pensamento e ação, apresentou-me a uma outra literatura, tão plural quanto o próprio partido, e de maneira muito forte me revelou que é mais rico construir a partir de várias referências do que ficar imóvel, com aquela velha opinião formada sobre tudo, como já dizia Raul Seixas.

A partir do movimento operário no ABC, houve uma eclosão de forças que buscaram superar todas as dificuldades que a ditadura impunha à organização sindical. Desde então, o vínculo entre o Sindicato dos Bancários e os companheiros do ABC foi muito forte. Todos nós compartilhávamos o objetivo comum de construir uma entidade sindical representativa de todos os trabalhadores e independente do Estado, segundo novas concepções e bases para a organização livre dos trabalhadores. Não era um processo tranquilo, diversos setores atuavam para a manutenção da velha estrutura sindical, mas a força do movimento dos trabalhadores e a determinação das novas lideranças superaram os obstáculos, e a unificação do movimento que surgia começou a se concretizar, primeiro no Encontro Nacional das Classes Trabalhadoras (Enclat) e depois no Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), que criou a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Penso que essa etapa da história brasileira é um ponto de partida relevante para compreender o PT. A capacidade das oposições sindicais de derrotar um arcabouço jurídico, burocrático, engessado e instituir uma nova concepção de organização dos trabalhadores – radicalmente diferente das estruturas viciadas e

dos mecanismos tradicionais de controle e de manipulação – foi um momento divisor de águas.

Sem restrições a outras categorias tão decisivas nessa história, o movimento dos metalúrgicos no ABC paulista teve uma influência diferenciada e um papel catalisador para a emancipação política da classe trabalhadora brasileira, cuja maior expressão foi a construção do PT em 1980 e posteriormente a fundação da CUT. Essa emancipação, porém, não foi expressa apenas pela constituição destas duas organizações: PT e CUT incluíram na agenda do país as demandas da democratização da sociedade, a pauta dos mais pobres e a possibilidade de se construir um novo país. A fundação do PT foi o sinal de que os trabalhadores brasileiros queriam tomar nas próprias mãos o seu destino e oferecer ao país um projeto melhor, mais justo e mais moderno. E desde aquele período começamos a nos preparar para esta missão.

Nessa época apresentei documento sobre a estrutura da CUT e sobre a linha sindical do PT. Existiam dentro do partido discussões sobre o apoio às oposições sindicais que proliferavam pelo Brasil. Na verdade, esse eixo sindical no PT era expresso em três dimensões: as lutas contra a estrutura pelega, a afirmação de um sindicalismo combativo e a formação de lideranças, locais e nacionais, que passaram a surgir no país.

O PT passou por diversas mudanças, fruto do seu amadurecimento. A linha política do partido sempre foi democraticamente discutida e disputada por diversas correntes. Felizmente prevaleceu uma visão mais ampla de partido, aberto às alianças, preocupado com o conjunto da nação e não apenas com interesses corporativos. Foi um processo de amadurecimento, fruto do aprendizado da luta social, da luta democrática, da opção pela luta eleitoral e institucional, da reflexão. Neste processo, fui eleito deputado federal em 1986, apoiado fortemente pelos bancários de São Paulo. Foi o período em que se consolidou no partido a liderança de uma ala sindical com visão ampliada do papel histórico do PT. O PT e os sindicatos, com suas respectivas autonomias – o partido com caráter mais amplo, o sindicato com bandeiras mais específicas –, construíram forte identidade e aquilo a que assistimos, em seguida, foi uma expansão de novas lideranças sindicais que, apoiadas pela base, assumiam candidaturas eleitorais. Era a entrada em cena de milhares de trabalhadores fazendo política com autonomia, um acontecimento inédito em nosso país. Foi um movimento pujante no qual estruturas autônomas, partido e sindicato, apresentavam o mesmo eixo, a mesma visão de mundo.

Quando o partido decidiu lançar Lula para presidente da República, depois das históricas lutas pelas eleições diretas, tive a honra de ser escolhido por ele, pela ala sindical e pela maioria da direção do partido, para substituí-lo na presidência do PT, em 1989, exercendo o cargo até 1991. Houve uma discussão muito intensa dentro do PT. Lula insistia que eu assumisse a presidência. Além do relacionamento pessoal estreito e da confiança mútua, Lula fazia questão que um trabalhador, uma liderança sindical, assumisse a direção do partido. Portanto, essa vertente sindicalista sempre foi um esteio dentro do PT.

Como presidente do partido no período 1989-91, posso dizer que o diálogo e a premissa de que todos têm voz e vez foram e continuam a ser o maior patrimônio de nossa história. Mais do que isso, sempre tivemos e teremos o compromisso com os mais pobres — o PT não tem como existir sem este compromisso. A identificação natural com os grupos sociais vítimas da injustiça é uma característica de nossa cultura partidária. Isso confere ao PT uma radicalidade e uma potência ainda não digeridas pelo conservadorismo que nasce e se alimenta do alto grau de desigualdades sociais ainda vigentes no país.

Por muito tempo ficamos concentrados principalmente na atividade parlamentar. Aos poucos, o PT alcançou competitividade eleitoral e foi acumulando experiência no Executivo, processo que chegou ao ponto máximo com a eleição de nosso governo, governo do presidente Lula, etapa que ainda está em curso e em que estão sendo jogados novos dados que podem mudar a nossa história. Ao mesmo tempo o partido manteve e mantém seus vínculos com o movimento social, não só com aqueles que estão na sua origem, os sindicatos, as bases da Igreja, mas também com as formas mais modernas de organização da juventude, com as ONGs, com os movimentos ambientalistas, culturais, que desenham o recorte do novo Brasil com que sempre sonhamos e que estamos construindo. É isto que dá ao PT uma visão e uma prática universalistas, cosmopolitas, solidárias e de profunda sensibilidade social, nem sempre compreendidas por certos setores da sociedade ou aceitas por aqueles que não compartilham a nossa visão de mundo.

Tenho algumas convicções a respeito do nosso atual momento. Uma é que esse é um governo que faz mais e melhor, porque olha para todos. Outra é que essa experiência do PT, no nível mais alto do Executivo, tem sido e será extremamente importante para a democracia brasileira. Os fantasmas do medo estão sendo sepultados, a qualidade da gestão petista derrotará os mais incrédulos e as lições dos limites do poder serão assimiladas pelo partido com a sabedoria de quem deseja mudar e não se contenta simplesmente com o possível.

O bom de tudo isso é que o PT não deve temer essa responsabilidade, nem o fato de ser portador da esperança. Por mais tempo que seja preciso para equacionar os dilemas da realidade brasileira, esse saudável inconformismo diante das injustiças é indispensável. Respirar esse ar nos dá a certeza de que nunca iremos ignorar o Brasil real, com seu povo de invejável capacidade, mas submetido a duras condições de sobrevivência. Nesse aniversário de 25 anos, meu desejo é que esse espírito de justa indignação se renove e acompanhe, para sempre, o PT.

Quanto aos desafios para o PT, hoje e no futuro, penso que a eleição de Lula resolve um problema histórico: o receio diante da “experimentação” de um governo de esquerda. A sociedade brasileira vê um governo que, voltado para os interesses da maioria, não constrangido por interesses menores, poderá desenvolver um projeto estratégico de nação, reposicionando de maneira soberana o Brasil no mundo.

Penso que esse olhar ansioso sobre o governo Lula não diz respeito somente à sociedade brasileira, mas expressa também expectativas lá fora, particularmente junto aos setores engajados em mudanças na ordem social.

Aqui, quero fazer uma breve referência ao quadro internacional. Nós, do PT, sempre manifestamos frontal discordância e oposição aos modelos autoritários, simbolizados pelo Muro de Berlim e pela experiência totalitária do Estado soviético. O insucesso da experiência do chamado socialismo real deixou um vazio no campo daqueles insatisfeitos com a nova ordem, caracterizada pela supremacia das forças do mercado. A esperança no socialismo era algo que havia em comum e, de certa forma, foi abalada por essas mudanças no contexto internacional.

O socialismo não atualizou seu corpo teórico e doutrinário. E essa reflexão, quando deflagrada, precisará levar em conta um mundo de aceleradas transformações – no trabalho, nas tecnologias, na comunicação – e com novas realidades sendo configuradas na vida política, como a eloqüente experiência de unificação da Europa, com o papel do Estado nacional sendo repensado em uma ordem internacional cada vez mais interdependente.

Dessa forma, o governo Lula é acompanhado com certa expectativa por aqueles setores que, no mundo inteiro, estão identificados com a luta pela democracia e pela construção de uma sociedade justa. Setores amplos da humanidade aguardam quem possa reerguer, no lastro de lutas que têm mais de um século de história, a renovação e a credibilidade de oferecer algo de novo para o futuro. O PT está ocupando seu posto.

**Luiz Gushiken, atual presidente do Núcleo de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República, foi presidente do PT entre 1988 e 1990**